



Ministério da Educação (MEC)
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
Diretoria de Avaliação (DAV)
27.admi@capes.gov.br

Documento de Área

Área 27:

Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo

Coordenador da Área: Edson Ronaldo Guarido Filho
Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos: Márcio André Veras Machado
Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Jorge Renato de Souza Verschoore Filho



Sumário

| | | |
|----------|---|----------|
| 1 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA | 2 |
| 1.1 | TENDÊNCIAS, APRECIÇÕES, ORIENTAÇÕES..... | 2 |
| 1.2 | DIAGNÓSTICO DA ÁREA. | 3 |
| 1.3 | A INTERDISCIPLINARIDADE NA ÁREA..... | 7 |
| 2 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA..... | 8 |
| 2.1 | INOVAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES E PROPOSTAS..... | 8 |
| 2.2 | PLANEJAMENTO DOS PPGs DA ÁREA NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR..... | 10 |
| 2.3 | ADOÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO COMO PARTE DA AVALIAÇÃO DOS PPGs. | 10 |
| 2.4 | PERSPECTIVAS DE IMPACTO DOS PPGs DA ÁREA NA SOCIEDADE. | 11 |
| 2.5 | PERSPECTIVAS DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DOS PPGs. | 11 |
| 2.6 | PERSPECTIVAS DE REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS REGIONAIS E INTRARREGIONAIS. | 13 |
| 2.7 | VISÃO DA ÁREA SOBRE FUSÃO, FRAGMENTAÇÃO E MIGRAÇÃO DE PPGs. | 16 |
| 2.8 | VISÃO DA ÁREA SOBRE A MODALIDADE À DISTÂNCIA..... | 17 |
| 2.9 | VISÃO DA ÁREA SOBRE A MODALIDADE PROFISSIONAL..... | 17 |
| 2.10 | MEDIDAS DE INDUÇÃO DE INTERAÇÃO COM A EDUCAÇÃO BÁSICA OU OUTROS SETORES DA SOCIEDADE..... | 18 |
| 2.11 | VISÃO DA ÁREA SOBRE FORMAS ASSOCIATIVAS..... | 19 |
| 2.12 | VISÃO DA ÁREA SOBRE MECANISMOS DE SOLIDARIEDADE (MINTER/DINTER E TURMA FORA DE SEDE)..... | 20 |

1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE DA ÁREA

1.1 Tendências, apreciações, orientações

A área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, no início de 2019, era composta por 198 programas de pós-graduação¹, sendo 117 acadêmicos e 81 na modalidade profissional. Esses programas abrigam 113 cursos de mestrado acadêmico, 66 de doutorado acadêmico, 81 mestrados profissionais e 4 doutorados profissionais, distribuídos nas suas quatro subáreas.

Ao longo da última década, a área manteve crescimento consistente, passando de 101 programas, em 2010, para 198 em 2019 (Figura 1). Essa expansão ocorreu com destaque para o aumento da participação da modalidade profissional, a qual representa 38% da totalidade dos programas em funcionamento e concentra pouco mais de 40% dos discentes matriculados e dos titulados.

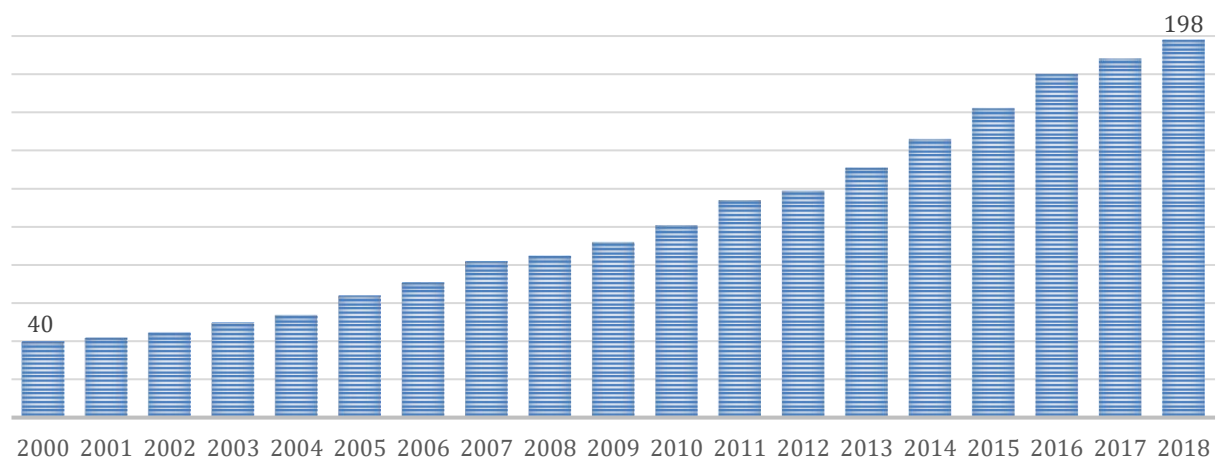


Figura 1 – Evolução do número de PPGs em funcionamento na área (2000-2018)

Este crescimento é acompanhado pela consolidação de programas da área por meio da criação de cursos de doutorado acadêmico e, mais recentemente, de doutorado na modalidade profissional. São 66 cursos de doutorado acadêmico e 4 cursos de doutorado profissional em funcionamento. Observa-se que a expansão da área se deu de forma a manter características já existentes, como a concentração nas regiões Sul e Sudeste, bem como a predominância dos cursos

¹ Dados consolidados em relação aos PPGs em funcionamento e aprovados no APCN 2017-2018.



de Administração de Empresas em relação às demais subáreas. Cabe registrar que a quantidade de programas nota 3 sinaliza para a necessidade de ponderar sobre o ritmo de crescimento e o investimento no acompanhamento e desenvolvimento desses programas.

Do exposto, importante destacar que o crescimento quantitativo, bem como a consolidação dos programas existentes, ainda enseja desenvolvimento qualitativo da área. Trata-se de estimular a clareza de propósito e de compromissos do Programa vinculados à qualidade da formação, geração de conhecimento e de articulação com a sociedade, respeitando seu contexto de atuação e especificidades da modalidade acadêmico ou profissional. Tendo em vista que os programas são as unidades de avaliação, deve-se priorizar o esforço de construção substantiva da relevância de pós-graduação *stricto sensu* da área perante as esferas acadêmicas e não acadêmicas da sociedade.

As considerações introduzidas aqui serão desdobradas nas seções subsequentes, com o propósito de fornecer uma perspectiva do futuro da área no âmbito do planejamento, autoavaliação, impacto na sociedade, modalidade profissional, assimetrias regionais, mecanismos de solidariedade, educação à distância e internacionalização dos PPGs, além de outros assuntos correlatos. Antes, de forma sucinta, é apresentada visão geral da evolução dos Programas da Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, de forma a retratar a trajetória nos últimos anos e apresentar as tendências e os desafios a serem enfrentados no decorrer do atual Quadriênio 2017-2020. Outros temas a serem abordados no presente documento tratam da inovação, da interação com educação básica e do impacto na sociedade, bem com as modalidades profissional e a distância, mecanismos de solidariedade e assuntos correlatos relevantes.

1.2 Diagnóstico da área

No primeiro semestre de 2019, a área abriga 194 cursos de Mestrado, sendo 113 Acadêmicos e 81 Profissionais. Além deles, são contabilizados 70 cursos de Doutorado, dos quais 66 são na modalidade Acadêmico e 4 na Profissional. Os cursos estão organizados em 198 programas, distribuídos entre as subáreas de Administração Pública, Administração de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, conforme Figura 2.

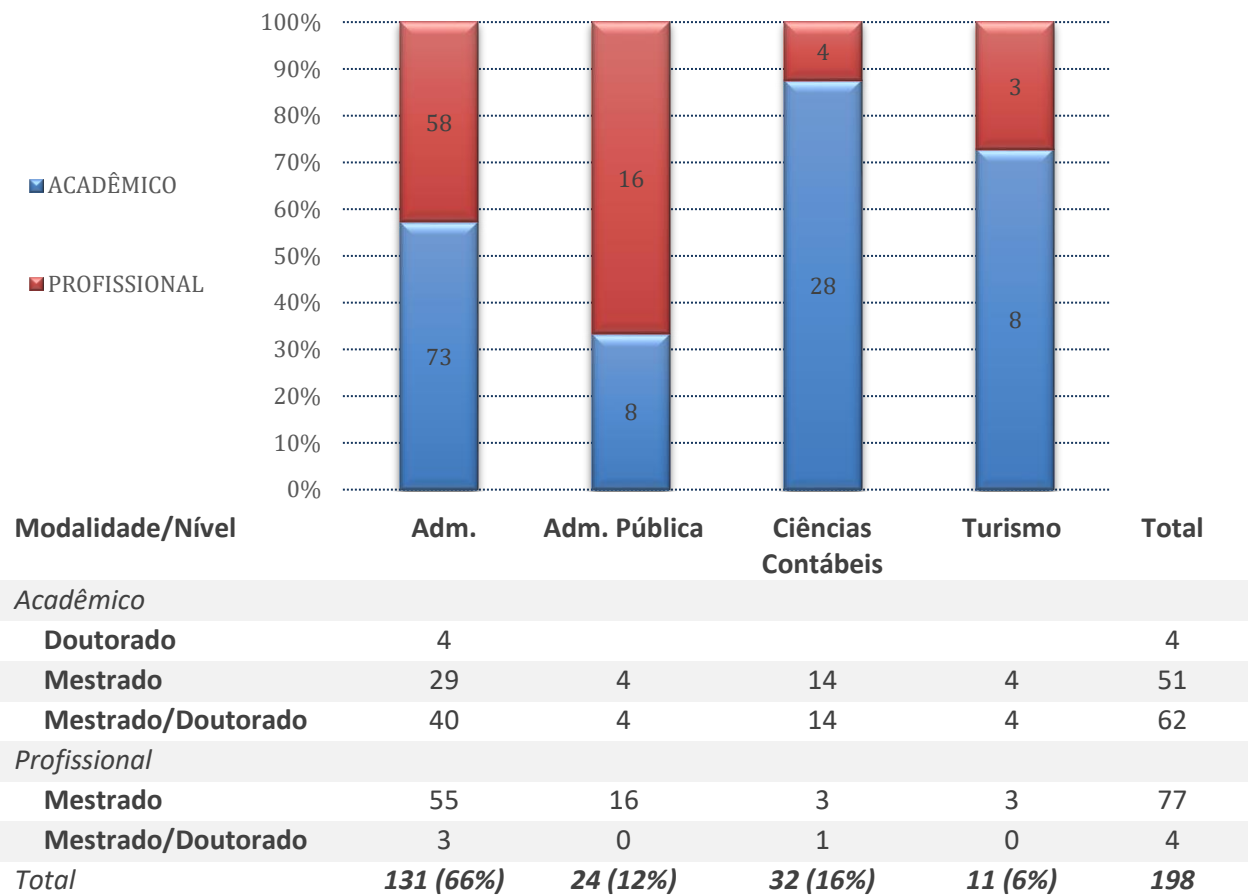


Figura 2 – PPGs por Modalidade, Nível e Subárea em 2019.

A expansão da área, mensurada pelo número de cursos, é apresentada na Figura 3. Observa-se crescimento significativo de cursos de doutorado acadêmico e a recente entrada de doutorados profissionais. Os cursos de doutorado estão dispersos em todas as subáreas, sendo 15 em Ciências Contábeis, 4 em Turismo, 4 em Administração Pública e 43 em Administração de Empresas. Atualmente, programas com mestrado e doutorado representam pouco mais de um terço do total da área, ficando abaixo da média do conjunto das demais áreas de avaliação, que é superior à 50%.

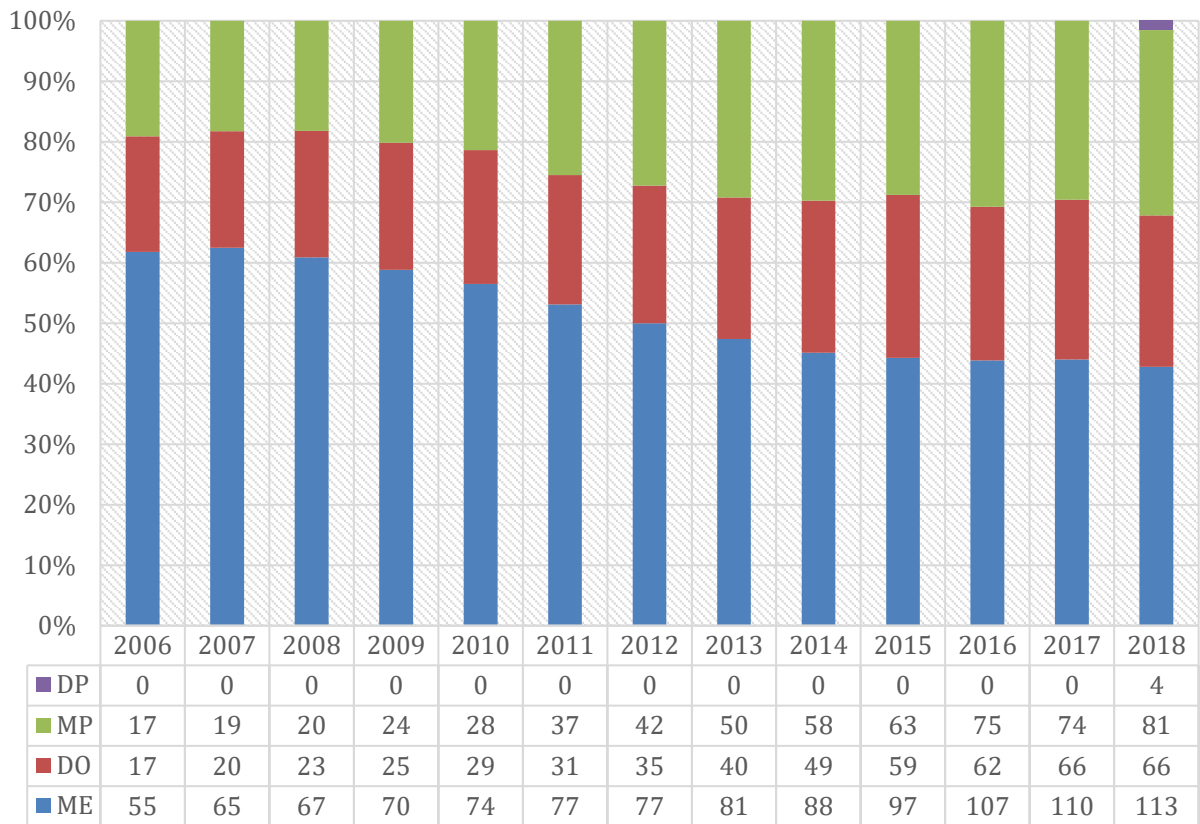


Figura 3 – Número e proporção de cursos na Área.

Nota: ME – mestrado acadêmico; DO – doutorado acadêmico; MP – mestrado profissional; DP – doutorado profissional

O número de cursos na modalidade profissional também cresceu notavelmente; eram 24 em 2009, hoje são 81 mestrados que, juntos com os 4 cursos de doutorado, representam em torno de 40% do total de cursos da área. Esse fenômeno é bem caracterizado pelo número de titulados (Figura 4), cuja proporção já se aproxima daquela correspondente aos cursos de mestrado acadêmico. Atualmente, cerca de 3.500 estudantes são titulados por ano, 40% deles por cursos de mestrado profissional, 46% por mestrado acadêmico e 14% por doutorado acadêmico. Cursos de doutorado profissional, por estarem em sua primeira turma, ainda não contabilizam titulados.

Na área, há dois mestrados profissionais constituídos em rede nacional: em Administração Pública (Profiap) e em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia e Inovação Tecnológica (Profnit). O Profiap tem como objetivo capacitar profissionais que atuam na Administração Pública. O Profnit objetiva o aprimoramento das competências dos profissionais que atuam nos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) e em ambientes promotores de inovação nos meios acadêmico, profissional, governamental, organizações sociais, entre outros.

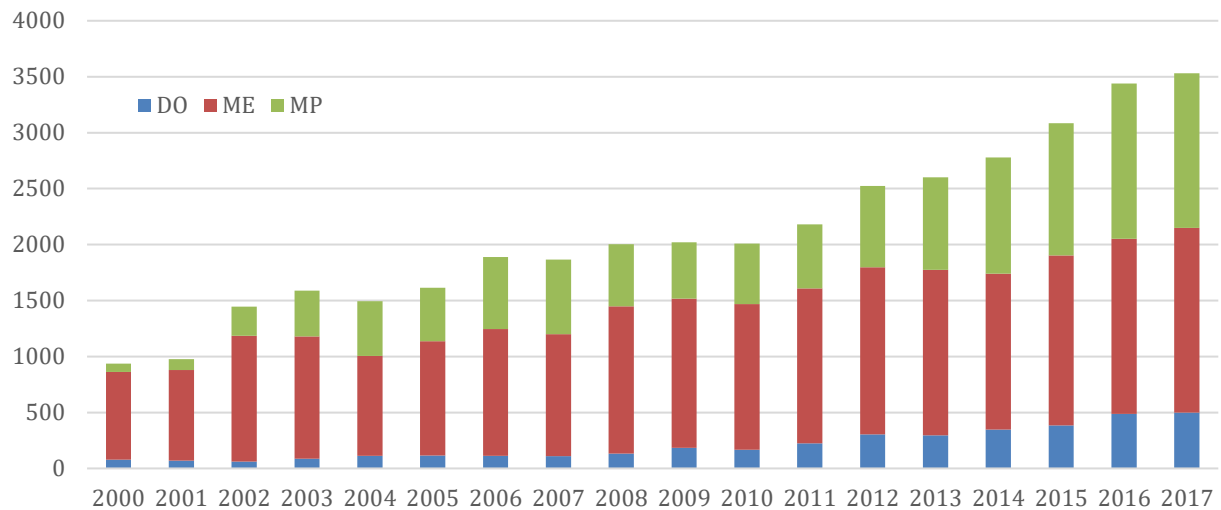


Figura 4 – Evolução do número de titulados na área por curso.

Nota: ME – mestrado acadêmico; DO – doutorado acadêmico; MP – mestrado profissional

A Tabela 1 traz a distribuição de notas dos programas por modalidade, conforme a última avaliação quadrienal (2013-2016). Desconsiderando-se os novos PPGs, criados a partir do APCN 2017-2018, nota-se que há concentração de notas 3 (32%) e 4 (39%) entre os programas acadêmicos, proporção ligeiramente menor de notas 4 e ligeiramente maior de notas 3, quando comparado ao resultado da avaliação trienal de 2010-2012 (29% e 43%, respectivamente). Ainda com referência aos programas acadêmicos, 6% deles receberam nota 6 ou 7, proporção inferior à média de 14% do conjunto das demais áreas. Os mestrados profissionais, por sua vez, apresentam situação inversa, já que 12% deles alcançaram a nota máxima de 5, proporção duas vezes maior do que a média das demais áreas. Apesar disso, também predomina a nota 3 (61%) nessa modalidade.

Tabela 1 – Notas dos PPGs por modalidade

| Nota | ACADÊMICO | PROFISSIONAL | Total |
|--------------|------------|--------------|------------|
| 3 | 36 | 45 | 81 |
| 4 | 44 | 20 | 64 |
| 5 | 27 | 9 | 36 |
| 6 | 4 | | 4 |
| 7 | 3 | | 3 |
| Total | 114 | 74 | 188 |
| Sem Nota (*) | 3 | 7 | 198 |

(*) Aprovados no APCN 2017-2018

Entre as subáreas, conforme exposto na Tabela 2, os programas com conceitos mais altos estão distribuídos na Administração de Empresas, com dois PPGs nota 6 e três nota 7, Administração Pública e Ciências Contábeis, com um programa nota 6 em cada subárea.

Tabela 2 – Notas dos PPGs por Subárea e Modalidade (*)

| | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | Total |
|------------------------------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|------------|
| ADMINISTRAÇÃO | | | | | | |
| ACADÊMICO | 18 | 32 | 16 | 2 | 3 | 71 |
| PROFISSIONAL | 30 | 15 | 8 | | | 53 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | |
| ACADÊMICO | 3 | 1 | 2 | 1 | | 7 |
| PROFISSIONAL | 10 | 4 | | | | 14 |
| CIÊNCIAS CONTÁBEIS | | | | | | |
| ACADÊMICO | 12 | 7 | 8 | 1 | | 28 |
| PROFISSIONAL | 2 | 1 | 1 | | | 4 |
| TURISMO | | | | | | |
| ACADÊMICO | 3 | 4 | 1 | | | 8 |
| PROFISSIONAL | 3 | | | | | 3 |
| Total | 81 | 64 | 36 | 4 | 3 | 188 |

(*) Apenas PPGs em funcionamento até a última avaliação quadrienal (2013-2016).

Uma característica da área é a participação de instituições privadas na oferta de cursos de mestrado e doutorado. Atualmente, aproximadamente 45% dos programas são ofertados por instituições privadas, enquanto 55% deles por instituições públicas. Com relação ao volume de titulados, as instituições privadas respondem por 52% dos egressos, montante ligeiramente superior que o das instituições públicas (48%). Vale registrar que, considerados apenas os titulados na modalidade profissional, a participação das instituições privadas em comparação com as públicas alcança 58,5% contra 41,5%.

1.3 A interdisciplinaridade na área

Não é possível afirmar que a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo é homogeneamente caracterizada como interdisciplinar ou disciplinar. Por reunir programas de quatro subáreas, ainda que seja notável o interesse por diferentes recortes disciplinares, a área vem, gradualmente, demonstrando características multidisciplinares e interdisciplinares, diante dos fenômenos pesquisados. Por um lado, a fundamentação sustentada



em diferentes ciências sociais tem se manifestado na composição do corpo docente, na estrutura curricular, nas áreas de concentração e linhas de pesquisa ou atuação, além da produção diversificada em veículos associados a diferentes áreas do conhecimento. Por outro, em linha com a orientação já manifestada no escopo da avaliação, a área tem promovido o reconhecimento de sua interdisciplinaridade nos processos de avaliação, especialmente, na composição de comissões ou na valorização da produção intelectual realizada em periódicos de áreas (*subject areas*) variadas, desde que expressem aderência à área de concentração ou linhas de pesquisa/atuação do PPG.

Registra-se que o agrupamento multidisciplinar, entendido a partir da convergência ou complementariedade de diferentes campos do saber ou especialidades no estudo de um objeto, é bastante frequente na área. A interdisciplinaridade, por sua vez, é menos frequente, por estar mais fortemente associada à complexidade dos fenômenos tomados como centrais na configuração de um Programa. Dessa forma, ainda são poucos os programas da área que se estruturam a partir das fronteiras entre ciências e desenvolvidos a partir da integração de *corpus* de conhecimento e métodos de investigação de diferentes disciplinas, criando, com isso, nova perspectiva para analisar um fenômeno e expandir as fronteiras do conhecimento. Alguns PPGs da área apresentam propostas dessa natureza, tanto quanto a maioria dos PPGs da subárea de Turismo. Outros PPGs da área usam conhecimento e métodos de várias disciplinas sem integrá-los, caracterizando-se como cursos multidisciplinares, enquanto outros têm perfil disciplinar.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUTURO DA ÁREA

2.1 Inovações, transformações e propostas

A grande inovação do atual quadriênio será a reestruturação do sistema de avaliação, com a introdução de novos critérios qualitativos. A nova Ficha de Avaliação adotará as seguintes diretrizes:

1. O foco da avaliação será a qualidade da formação de mestres e doutores, valorizando itens e quesitos que verdadeiramente discriminem a qualidade dos programas quanto à formação discente e à produção de conhecimento;
2. A avaliação adotará um modelo único com indicadores adaptáveis às especificidades de cada área de conhecimento e às distintas modalidades de PPG (acadêmica e profissional);

3. Os quesitos da nova Ficha – “Programa”, “Formação” e “Impacto na sociedade” – sinalizam mudança de uma avaliação focada em métricas e indicadores quantitativos para uma avaliação qualitativa. Essa mudança exigirá dos programas reflexão sobre os seus perfis, missões, objetivos e metas. Destaca-se, ainda, a relevância da autoavaliação e do planejamento, itens do quesito “Programa” e que deverão, paulatinamente, ganhar destaque nos processos de avaliação dos PPGs. Além disso, deve promover e valorizar o impacto na suas dimensões cultural, social e econômico, focando em desafios estratégicos, regionais, nacionais e internacionais.

A Ficha de Avaliação proposta é de transição, devendo se desdobrar, no próximo quadriênio, em um sistema de avaliação multidimensional, capaz de identificar PPG e IES com melhor desempenho em um ou mais dos eixos (ou dimensões) que o compõem, tais como: formação de recursos humanos, internacionalização, produção científica, inovação e transferência de conhecimento, impacto e relevância econômica e social.

Importante registrar que as mudanças em curso destacam que a unidade de avaliação é o PPG e, portanto, a avaliação terá como foco sua qualidade, com atenção à modalidade, seu contexto de atuação e impacto na sociedade, entre outros aspectos. Dessa forma, a área entende que as mudanças na avaliação deste quadriênio devem ser incrementais, a partir de um contínuo diálogo com a comunidade e pela socialização dos fundamentos que sustentam as mudanças no processo de avaliação dos PPGs *stricto sensu*.

Nesse contexto, registra-se que as mudanças no processo avaliativo que estão em curso, apesar do componente de novidade que carregam, representam mais do que a possibilidade para que os programas da área demonstrem o atendimento às condições necessárias para sua manutenção. Elas são, principalmente, uma janela de oportunidade para que o programa reveja sua proposta formativa e invista no modo como pretende justificar sua inserção na sociedade. Nesse sentido, quatro dimensões inter-relacionadas são consideradas fundamentais na concepção e funcionamento de cursos ou programas da área. A primeira refere-se à clara exposição das características do curso ou programa no que tange ao (s) **objeto** (s) que define (m) o eixo central da proposta de formação, seus elementos distintivos que definem sua identidade e diferenciação em relação aos demais em funcionamento na área, além das políticas de gestão, da organização do curso, da justificativa em relação ao contexto de atuação, entre outros aspectos que caracterizem a estrutura e os processos associados à formação. A segunda dimensão relevante é o **planejamento**, de tal modo que o programa expresse sua trajetória de concepção, propósito e compromissos de formação, de produção e de impacto, as ações intencionadas, as políticas e procedimentos de autoavaliação e a articulação com o planejamento da pós-graduação



em nível institucional. A terceira dimensão está associada à **sustentabilidade** do curso ou programa, incluindo as condições de financiamento, os relacionamentos estabelecidos e pretendidos no âmbito da perspectiva de atuação do curso ou programa e demais elementos que indiquem caminhos que levem à sua consolidação. Por fim, a quarta dimensão diz respeito ao **impacto**, ou seja, o conjunto das consequências, repercussões ou resultados desejados e/ou acumulados para o curso ou programa no âmbito acadêmico e/ou de outras esferas da sociedade (p. ex. mercado, governo, sociedade civil), coerentes com sua proposta de formação. A área pretende ainda valorizar práticas de solidariedade entre PPGs como uma forma de reduzir as assimetrias regionais.

2.2 Planejamento dos PPGs da área no contexto das instituições de ensino superior

A área entende que o planejamento estratégico é um instrumento relevante para a gestão de um programa. Por isso, cada vez mais será necessário que o planejamento demonstre a visão de longo prazo do Programa, apontando a relação entre os objetivos pretendidos e as atividades requeridas para alcançá-los. O planejamento do Programa deve ser informado por meio de documento que sintetize, de forma explícita, a trajetória de concepção, o propósito e os compromissos de formação, de produção e de impacto, as ações intencionadas, as políticas e procedimentos de autoavaliação e a articulação com o planejamento da pós-graduação em nível institucional. Tal documento deverá ser subsidiado pelos processos de discussão permanente que ocorrem nas reuniões de colegiado e demais corpos deliberativos de cada PPG.

2.3 Adoção da autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs

A Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo entende que a autoavaliação é um processo formativo, complementar à avaliação externa. Neste sentido, a autoavaliação favorece a construção da identidade, a reflexividade e envolvimento dos programas, para além dos padrões mínimos garantidos pela avaliação externa.

No âmbito da autoavaliação, cada programa poderá propor um delineamento de autoavaliação apto a captar aspectos pertinentes a sua missão e seus objetivos, incluindo aqueles relativos à sua inserção no contexto social/internacional e a suas escolhas científicas específicas. Trata-se na prática articulada com o planejamento e acompanhamento regular da trajetória do Programa. Deve-se considerar que o processo de autoavaliação deve ser estabelecido de forma



tanto quanto possível participada, para que todos ou a maior parte da comunidade acadêmica se perceba representada.

Recomenda-se a leitura do relatório do grupo de trabalho responsável por propor dimensões para a incorporação da autoavaliação na avaliação dos programas, disponível no site da Capes. Destaca-se que não se trata de uma análise dos resultados encontrados pelos PPGs por meio de sua sistemática de autoavaliação, mas sim de induzir e acompanhar a política, o processo, os instrumentos e os usos da autoavaliação pelo PPG.

2.4 Perspectivas de impacto dos PPGs da área na sociedade

A área entende que programa de pós-graduação deve ter compromissos bem definidos com a formação, geração de conhecimento e articulação com a sociedade. Tais aspectos são definidores do impacto gerado pelos programas. Nesse sentido, impacto pode ser compreendido como o conjunto das consequências, repercussões ou resultados desejados ou acumulados ao longo da existência do programa, seja no âmbito acadêmico ou de outras esferas da sociedade (p. ex. mercado, governo, sociedade civil), coerentes com sua proposta de formação.

Importante registrar que o impacto dos programas da área pode se manifestar de diferentes maneiras, por meio da ação de atividades de formação, produção, solidariedade, pesquisa, visibilidade, intervenção, extensão, projetos aplicados, entre outros, orientados para o meio acadêmico, para a prática ou praticantes, ou ainda, para o ensino ou pesquisa pedagógica. Destaca-se que os impactos do programa não devem ser confundidos com coleção de atividades dispersas e individuais, mas, ao contrário, como efeito institucional do programa e, portanto, supõe-se ter forte relação com a identidade do programa, bem como estar inserido no seu planejamento estratégico e em seu processo de autoavaliação. É por essa razão que as implicações do impacto de um programa passam a estar vinculadas a sua justificativa de existência, sua legitimidade e importância para o contexto em que atua.

2.5 Perspectivas do processo de internacionalização dos PPGs

Em linha com as diretrizes apontadas pela Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, entende-se que a internacionalização de PPGs está relacionada ao conjunto de ações orientadas para o alargamento de fronteiras das pesquisas, expansão do conhecimento e experiência profissional de docentes e discentes, aumento da

visibilidade da produção intelectual entre outras associadas ao estabelecimento de projetos e colaborações internacionais. Trata-se de um meio para o enriquecimento dos PPGs, não se constituindo como um fim em si mesmo e, portanto, sua efetividade depende de reflexão interna e planejamento.

A área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo tem sido sensível à internacionalização, reconhecendo que se trata de processo gradual de inserção do corpo docente e discente dos PPGs em redes acadêmicas no exterior. Apesar de se referir a diferentes iniciativas, a face mais evidente da inserção internacional tem se manifestado na produção científica.

Na área, o número de artigos publicados em periódicos internacionais por autores brasileiros cresceu expressivamente nos últimos 10 anos, segundo dados da base Scopus. Em 2009, a produção por autores brasileiros foi de 560 artigos, em 2018, foram 1610, tendo alcançado, em 2017, o pico de 2238 artigos. A Tabela 3 mostra que o Brasil subiu da 20ª posição em 2009, para 15ª, em 2018, tendo alcançado em 2017 (10ª) a melhor participação no ranking de documentos publicados. Mas, apesar do crescimento quantitativo e ainda que a participação brasileira tenha melhorado, o Brasil se encontra na 20ª posição, quando considerado o número de citações, e em 31º lugar, se considerado o Índice H. Se, por um lado, os resultados demonstram que os esforços da área para um crescimento na presença internacional foram exitosos, por outro chamam a atenção para um aprimoramento qualitativo em termos de impacto da produção.

Tabela 3 - Evolução da Participação Brasileira na Base Scopus (2009-2018)

| ANO / POSIÇÃO | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|-----------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Documentos Publicados | 20º | 19º | 21º | 17º | 13º | 14º | 12º | 11º | 10º | 15º |
| Citações Totais | 31º | 30º | 31º | 28º | 25º | 27º | 22º | 23º | 21º | 20º |

Fonte: Scimago (Subject area: Business, Management and Accounting).

Nesse sentido, cumpre observar que a efetividade da internacionalização vai além da publicação em veículos internacionais, devendo ser observada em outras dimensões relevantes, tais como a mobilidade de pessoal (docentes e discentes), captação de recursos, cooperação em projetos e produção científica, visibilidade, acordos, iniciativas de formação e reconhecimento internacional. Tais aspectos vinham sendo valorizados na avaliação de programas candidatos aos

conceitos mais elevados, 6 ou 7. Presentemente, a atual ficha de avaliação lança luz sobre a internacionalização para todos os PPGs, considerando-a como uma das dimensões do Impacto na Sociedade. A área valorizará os esforços e resultados evidenciados dos PPGs, no sentido de internacionalização. Mas, também os colocará em perspectiva, relativizando-os em relação à política de internacionalização, o propósito, o planejamento e o contexto de atuação manifestados na proposta do Programa, entre outros aspectos pertinentes.

2.6 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

A área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo possui, historicamente, concentração de programas de Pós-Graduação nas regiões Sul e Sudeste, onde predominam 74% dos PPG do Brasil, conforme Figura 6.

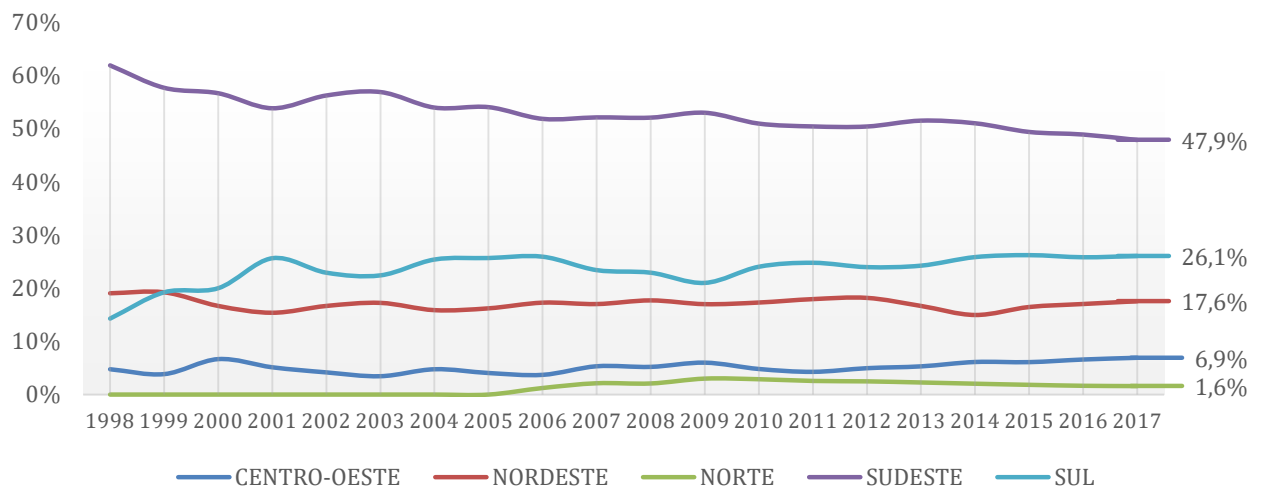


Figura 6 – Participação anual em relação ao total de PPGs da área por Região.

Quando se compara a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo com as outras 48 áreas da Capes (Figura 7), observa-se que a concentração de programas nas regiões Sul e Sudeste é maior, assim como o é, quando comparada com as outras áreas do colégio de Humanidades (Figura 8).

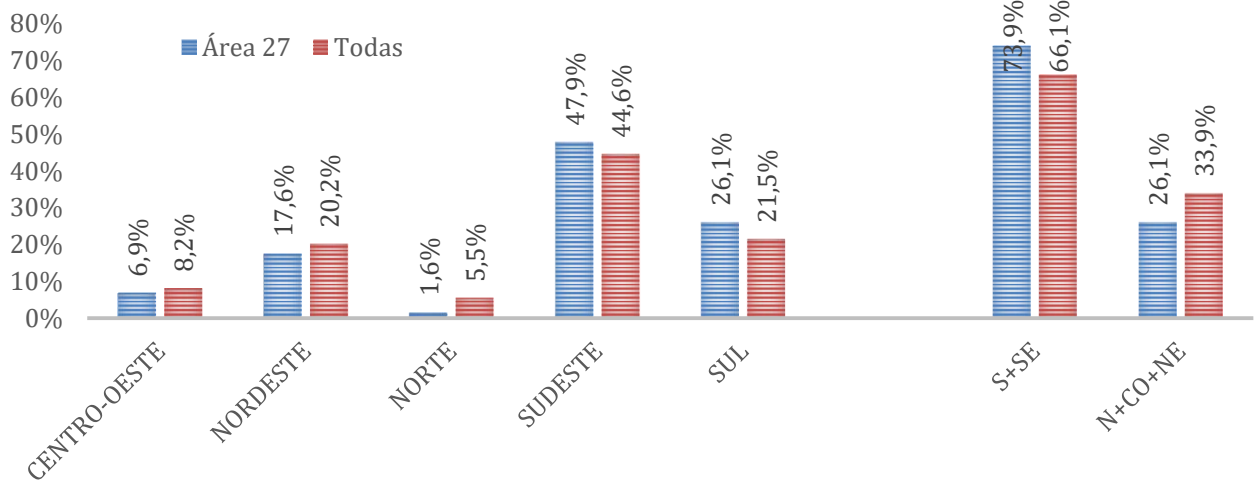


Figura 7 – Participação de PPGs em comparação ao total de PPGs por Região.

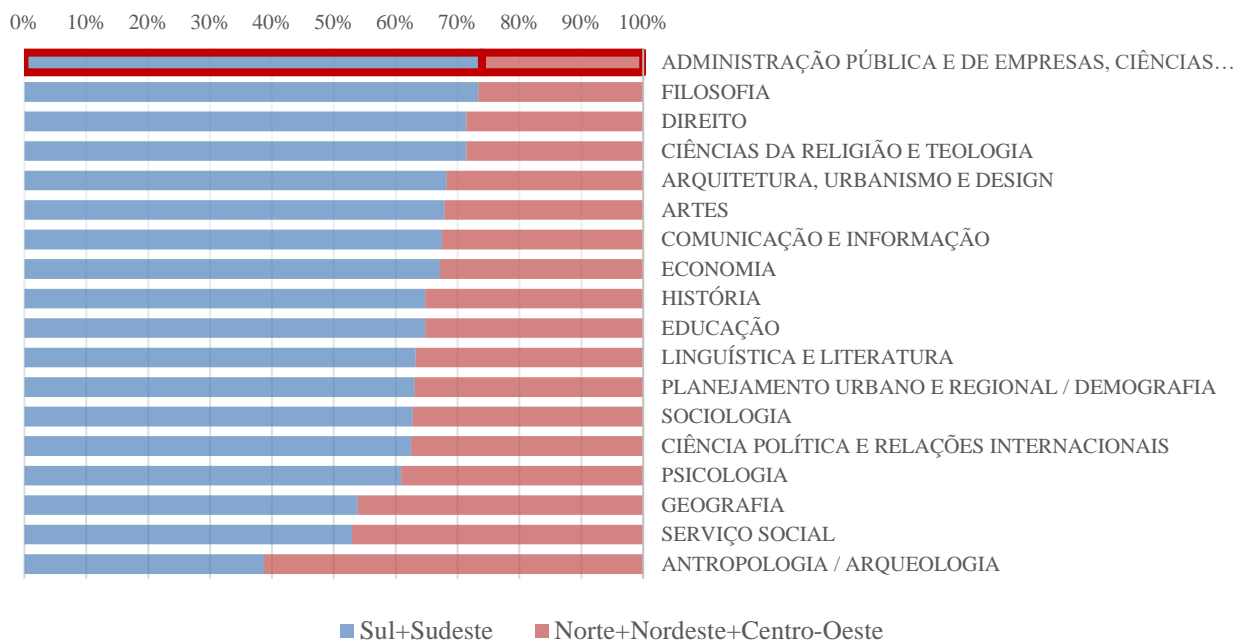


Figura 8 – Participação de PPGs da área nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em comparação com áreas do Colégio de Humanidades.

Apesar da concentração de programas nas regiões Sul e Sudeste, houve um notável esforço por partes das IES das regiões Nordeste e Centro-Oeste do país em aumentar a oferta de programas na área, em atendimento à demanda reprimida de pesquisadores dessas regiões, historicamente obrigados a migrar para outras partes do país em busca de qualificação. No entanto, a região Norte

ainda continua sendo um desafio para área, contendo apenas 3 PPGs e envolvendo apenas dois municípios (Figura 9).

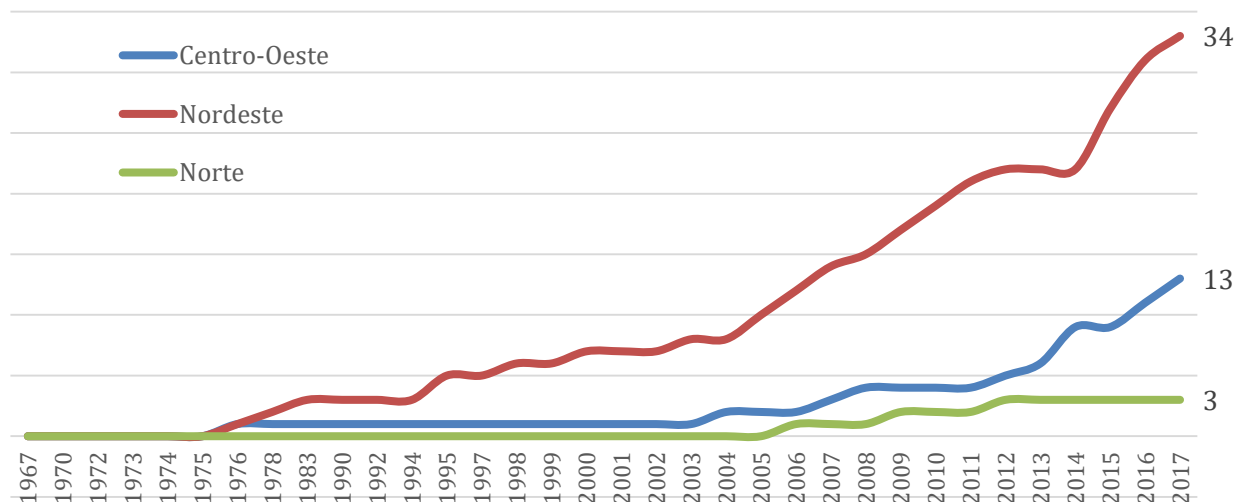


Figura 9 - Novos PPGs por Ano de Início de Funcionamento (N, NE e CO)

Além das constatações de concentração de PPGs nas regiões Sul e Sudeste, observa-se que:

- Oito estados concentram 80% dos PPGs da área;
- Sete estados não possuem nenhum PPG da área;
- 12 estados possuem PPG em apenas um município;
- Quatro estados apresentam proporção de PPGs no interior maior do que nas capitais (RS, SC, PR, MG);
- Os PPGs da área 27 estão distribuídos em 62 municípios, sendo 65% deles na capital, 47 no Sul e Sudeste e apenas nove municípios concentram 50% dos PPGs.

Diante desse diagnóstico, a situação de oferta equânime de oportunidades para pesquisadores em todo o território nacional continua sendo um desafio para a pós-graduação brasileira e para área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo em especial. Assim, a área entende que precisam ser empreendidos esforços para reduzir essas assimetrias regionais e aumentar a dispersão dos PPGs no Brasil, reduzindo a concentração de programas nas regiões Sul e Sudeste. Para isso, a área entende que é fundamental a adesão de PPGs mais consolidados, apoiando a criação de programas nessas regiões.



Dessa forma, a área valorizará a inclusão de iniciativas que expressem maior aproximação entre programas consolidados ou mais experientes e outros mais frágeis ou demandantes de apoio. Podem ser iniciativas expressas a partir da associação entre programas (item 2.11 deste documento), propostas de turmas de Minter, Dinter e Fora de Sede (item 2.12 deste documento), cessão de docentes, dentre outras, construídas com o propósito de melhorar a socialização de práticas, a nucleação e a solidariedade entre PPGs.

2.7 Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração de PPGs

A área entende que o desmembramento de programas existentes é facultado às instituições, mas não incentiva esse tipo de prática sem a devida exposição das razões e argumentação sólida, amparada em documentos oficiais, acerca da manutenção das condições mínimas de funcionamento do programa de origem e das justificativas que posicionam a fragmentação como condição inequívoca para a consolidação dos programas envolvidos. Por outro lado, a área incentiva a fusão entre programas, especialmente os da mesma IES.

Quanto ao desmembramento, a área da Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo orienta que seja dada a devida atenção à legislação e regulamentação vigentes, em específico, aos seguintes pontos:

- A proposta de desmembramento deve ser realizada por meio de APCN, seguindo o calendário da DAV/CAPES;
- O desmembramento deve ser informado explicitamente na documentação do APCN;
- Pode-se propor, se for o caso, a mudança de modalidade do programa criado a partir da separação;
- Para a proposta de desmembramento ser recomendada, demanda-se o cumprimento de todos os requisitos indicados para uma proposta de curso novo de Mestrado ou Doutorado, Acadêmico ou Profissional, conforme o caso, de acordo com o que consta no documento da área, acrescidos de documento que explicita detalhadamente sólida justificativa, o período e as formas de transição, fazendo-se referência específica aos ajustes decorrentes de alterações em área de concentração, linhas de pesquisa, docentes e discentes do programa originário;
- O programa originário do desmembramento será analisado conjuntamente com a proposta de desmembramento e poderá ter sua nota alterada em decorrência das mudanças, logo deverá manter o atendimento a todas as condições e orientações gerais estabelecidas pela



Capes e as orientações específicas da Área para abertura e funcionamento de Programas de Pós-graduação;

Os cursos resultantes devem prever, em documentos oficiais, as estratégias de garantia de conclusão dos alunos já matriculados no programa de origem, quer seja por meio de migração a um dos novos programas, quer seja pela permanência sob condições adequadas no programa alvo do desmembramento.

2.8 Visão da área sobre a modalidade a distância

Considerando a legislação e regulamentação vigentes sobre programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade a distância, a área da Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo esclarece que tais propostas não são consideradas prioritárias, devendo os critérios de avaliação específicos serem aprofundados e debatidos no âmbito do CTC-ES e da comunidade da área. Por ora, todos os requisitos gerais presentes nas Portarias mencionadas, atos substitutos ou complementares, além dos aspectos dispostos no presente documento, deverão ser rigorosamente seguidos, acrescidos, no que couber, de descrição detalhada acerca da organização do curso, incluindo discriminação de carga horária presencial e à distância, infraestrutura para oferta em EaD, modo de operação de tutores e polos, especificação detalhada da parte pedagógica, dos modelos de orientação e de avaliação, modalidade do trabalho de conclusão, descrição da experiência prévia do NDP em atividades em EaD, contexto de atuação e argumentos que justifiquem, de modo substanciado, a opção pela modalidade a distância em contraposição à modalidade presencial.

2.9 Visão da área sobre a modalidade profissional

A legislação vigente renova as disposições da CAPES para os mestrados e doutorados profissionais. Alinhada às disposições da CAPES, área entende que a modalidade profissional tem o propósito de 1) capacitar profissionais qualificados para práticas avançadas, inovadoras e transformadoras dos processos de trabalho, 2) transferir conhecimento para a sociedade de forma a atender às demandas sociais e econômicas; 3) contribuir para agregação de conhecimentos de forma a impulsionar o aumento da produtividade de organizações públicas e privadas; e, 4) atentar aos processos e procedimentos de inovação. Em especial, o doutorado na modalidade tem ainda o objetivo de formar profissional com perfil caracterizado pela autonomia, pela capacidade de



geração e transferência de tecnologias e conhecimentos inovadores para soluções inéditas de problemas de alta complexidade.

A área tem tido um crescimento constante de cursos na modalidade profissional desde o ano de 2006. Em 2017, estavam credenciados 74 cursos, dos quais 53 na subárea da Administração de empresas, 14 na subárea da Administração Pública, 4 na subárea das Ciências Contábeis e 3 na subárea de Turismo. Juntos, equivalem a quase 40% do total de cursos da área. Os resultados do APCN 2017-2018 indicam a continuidade desta tendência. Foram recebidas 49 propostas, sendo recomendadas 11, das quais sete resultaram em novos cursos, quatro deles em nível de doutorado profissional. Isso indica a continuidade da expansão da fatia da modalidade na participação do total de cursos e programas da Área.

Diante da trajetória de crescimento e consolidação da modalidade profissional, a área dedica atenção às características que configuram esta oferta e as diferenciam da modalidade acadêmica. Em especial, a oferta de doutorados profissionais, habilitadas a partir dos APCNs de 2017/2018, corrobora a necessidade da diferenciação entre cursos. Um curso de doutorado profissional deve ser nitidamente distinto de doutorados acadêmicos existentes na área, da mesma forma que deve ser distinto em relação aos mestrados profissionais. Tais distinções se manifestam na densidade do processo de formação, na profundidade de impacto pretendido pelo curso, na aplicabilidade e no nível de complexidade teórico-metodológica, na originalidade dos trabalhos de conclusão, na autonomia esperada do egresso e na sua inserção e desenvolvimento profissional. A Área também entende que os cursos de doutorado profissional deverão evidenciar o estreitamento das relações com as esferas acadêmicas e não acadêmicas da sociedade, bem como a densidade e a complexidade da formação de um profissional caracterizado pela autonomia científica e pela capacidade de geração e transferência de conhecimentos inovadores.

2.10 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade

A área reconhece a relevância de garantir a qualidade no Ensino Fundamental e Médio como elemento para o avanço do país, bem como o papel da pós-graduação na pesquisa pedagógica e aprendizagem nos diferentes níveis de formação. Apesar de, historicamente, não ter atuado de forma mais incisiva sobre a questão, entende-se que a área pode contribuir para a melhoria da educação em todos os níveis por meio de ações promovidas no âmbito das atividades de docentes e de grupos de pesquisa, associadas ao propósito de formação e de impacto do PPG. Ao final do último ciclo avaliativo



(2013-2016), sugestões foram levantadas junto a coordenadores de PPGs e são aqui reproduzidas organizadas em categorias temáticas.

Iniciação científica:

- Orientar projetos como PIBIC Junior, ou seja, projetos de iniciação científica integrando alunos do Ensino Fundamental e Médio;
- Criação de programas "Aprendendo com Ciência", nos quais alunos do Ensino Fundamental e Médio estariam envolvidos em atividades de pesquisa do PPG.

Participação direta no Ensino Fundamental e Médio:

- Educação contábil e financeira para alunos do Ensino Fundamental e Médio;
- Participação de professores dos PPG em projetos de extensão em escolas públicas;
- Motivar a participação de professores em projetos de democratização da ciência, com foco em alunos do Ensino Fundamental e Médio;
- Palestras de docentes e discentes em escolas do Ensino Fundamental e Médio;
- Desenvolver a ideia de empreendedorismo econômico e social no Ensino Fundamental e Médio;
- Curso de introdução profissional para alunos do Ensino Médio.

Gestão escolar:

- Desenvolvimento de tecnologia/ferramentas/soluções de gestão escolar;
- Ações/programas de gestão acadêmica visando a melhoria do desempenho de gestão de escolas;
- Desenvolver programas e pesquisas sobre gestão educacional e convidar diretores de escolas para participarem;
- Treinamento/capacitação dos diretores gestores da escola;
- Estudos acadêmicos para a proposição de práticas que ajudem os gestores com o problema da evasão escolar;
- Atrair diretores de escolas públicas para Mestrado Profissional em Administração;
- Parceria com a área de Educação para o desenvolvimento de ferramentas e soluções de gestão escolar.

2.11 Visão da área sobre formas associativas

Os PPGs em formas associativas caracterizam-se pelo oferecimento conjunto de duas ou mais instituições, públicas ou privadas, que de modo articulado e oficializado criam e mantem um



programa de mestrado e/ou doutorado com responsabilidade definida e compartilhada entre as associadas. A grande complexidade de gerência e manutenção de um programa em forma associativa exige que o seu regimento, a proposta do (s) curso (s) e os aspectos formais e operacionais do convênio firmado entre as IES explicitem claramente a forma e as condições de efetivação da associação, bem como estabeleçam prazos e condições para a sua dissolução ou para a entrada ou saída de uma ou mais instituição. Além disso, o PPG necessita informar os nomes dos responsáveis em cada polo da rede, os quais devem, necessariamente, ser professores do programa, bem como evidenciar um claro detalhamento sobre a sistemática de funcionamento acadêmico do curso, incluindo a descrição do processo seletivo, da existência de mobilidade discente ou docente, do uso de tecnologias de informação e comunicação, do processamento de matrículas, oferta de disciplinas, certificação, etc.

A Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo incentiva a criação de Programas de Pós-Graduação em associação, tanto na modalidade acadêmica quanto profissional, desde que representem projetos voltados para o fortalecimento do sistema de pós-graduação. Cabe registrar que formas associativas, em alguns casos, podem ser consideradas instrumentos para a redução de assimetrias regionais, potencializando as condições para a apresentação de propostas e/ou manutenção de cursos em funcionamento por meio da conjunção de recursos entre diferentes instituições.

A avaliação dos programas em associação será feita, utilizando os mesmos critérios definidos para os institucionais da mesma modalidade. Além disso, serão avaliados os mecanismos gerenciais adotados para o seu funcionamento.

2.12 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (Minter/Dinter e Turma Fora de Sede)

As turmas de mestrado e doutorado acadêmicos interinstitucionais (Minter e Dinter) objetivam a formação de mestres e doutores de outra instituição nacional ou internacional. A instituição promotora deve possuir PPG acadêmico consolidado (nota igual ou superior a 4) e atender, em caráter temporário, a um grupo de discentes advindos da instituição receptora, na qual devem ser realizadas as atividades de formação. Turmas Fora de Sede são turmas de mestrado e doutorado profissionais, conduzidas por uma instituição promotora, com PPG profissional consolidado, fora de suas dependências.



Não há necessidade de aprovação prévia pela Capes da abertura de turmas Minter, Dinter e Fora de Sede, embora o PPG promotor deva ser registrá-las e prestar contas dos respectivos projetos de turmas na Plataforma Sucupira. Cada PPG promotor só pode cadastrar uma única turma de cada modalidade. Essas turmas podem ser nacionais ou internacionais. Maiores detalhes sobre a apresentação e o acompanhamento das turmas Minter, Dinter e Fora de Sede podem ser obtidos pela consulta à legislação específica.

Atualmente, são 18 turmas em atividade na área, das quais 9 são de Dinter, sendo uma internacional, 4 de Minter e 5 de Turmas Fora de Sede. Existem 16 instituições promotoras, sendo 13 delas localizadas nas regiões Sul e Sudeste. As instituições receptoras, por sua vez, estão concentradas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Contudo, a área de Área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo tem percebido que essas iniciativas têm gerado pouco impacto na criação de novos programas. Por exemplo, desde 2012, não houve a criação de nenhum PPG na região Norte, mesmo tendo sido receptora da maior parte das turmas de Minter e de Dinter da área.

Dessa forma, a área entende que os mecanismos de solidariedade por meio de Minter/Dinter e turma fora de sede são iniciativas que possuem potencial para gerar impactos positivos sobre os Programas em consolidação, bem como em regiões que não possuem PPGs, viabilizando formação de mestres e doutores fora dos centros consolidados de ensino e pesquisa para atuação na docência e/ou na pesquisa (ou qualificar recursos humanos para atuação no mercado de trabalho, atendendo a demandas sociais, profissionais, técnicas e tecnológicas das organizações públicas ou privada, no caso de turmas fora de sede), subsidiando a criação de novos PPGs e promovendo a cooperação entre instituições de ensino e pesquisa (ou promovendo a cooperação entre instituições acadêmicas e não acadêmicas, no caso de turmas fora de sede). Nesse sentido, a área entende que essas iniciativas podem ser usadas para reduzir as assimetrias regionais apontadas no item 2.6 deste documento e, para isso, valorizará tais iniciativas.